



O Trabalho no Contexto da Reestruturação Produtiva: determinações históricas e a relação com a saúde

The Work in The Context of Productive Restructuring: historical determinations and the relationship to health

PAULO ROBERTO WÜNSCH*

JUSSARA MARIA ROSA MENDES**



RESUMO – O artigo efetua a análise do trabalho em suas dimensões universais e suas transformações no âmbito do modo de produção capitalista e aborda as suas implicações na saúde dos trabalhadores. Destaca, assim, a relação do trabalho com o processo de saúde-doença. Focaliza a abordagem na reestruturação produtiva advinda do enfrentamento à crise de acumulação do início dos anos 1970. Nessa análise, aponta as alterações tecnológicas nas formas de gestão e organização do trabalho e as relações de terceirização, a partir do que se estabelece a relação do trabalho com o processo de saúde-doença e os mecanismos de ocultamento desse processo, na lógica do capital.

Palavras-chave – Trabalho. Reestruturação produtiva. Saúde dos trabalhadores.

ABSTRACT – The article makes the analysis of the work in its universal dimensions, and its transformations within the capitalist mode of production and discusses its implications to workers' health. It emphasizes therefore the relation between work and the health-illness process. It focuses on the productive restructuring arising from the confrontation to the capital accumulation crisis in the early 1970s. Also on this analysis, the article highlights the technological changes in the forms of management and work organization and the outsourcing relations. From there, it is established the relation between work and the health-disease process, and the mechanisms of concealment of this process, on the logic of capital.

Keywords – Work. Productive restructuring. Workers' health.

* Professor de Sociologia do IFRS e da FISUL. Doutor em Serviço Social/PUCRS, Pós-Doutor em Psicologia Social e Institucional da UFRGS. CV: <http://lattes.cnpq.br/7892843966267009>. E-mail: pvinte@terra.com.br

** Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Professora do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul [UFRGS]; docente credenciada aos Programas de Pós-graduação em Psicologia Social e em Política Social e Serviço Social da UFRGS. CV: <http://lattes.cnpq.br/8540039840052671>. E-mail: jussara.mendes@ufrgs.br

Submetido em: novembro/2015. Aprovado em: novembro/2015.

A relação que se estabelece entre trabalho e o processo de saúde-doença dos trabalhadores advém da compreensão da centralidade adquirida pelo trabalho no processo de humanização do homem, uma vez que é por meio do trabalho, enquanto fenômeno originário, que o homem se constitui como ser social saindo do estágio animal, ou seja, ocorre a transformação de uma forma de ser para outra qualitativamente distinta. Nesse sentido, o trabalho é condição fundamental à reprodução e à sociabilidade da vida humana, sendo uma atividade orientada por um planejamento de acordo com os objetivos estabelecidos pelas necessidades, as possibilidades e as representações que cada um possui do mundo. Assim, o trabalho tem a potencialidade de originar a autocriação humana, e a autorrealização enquanto atividade livre e criativa, uma vez que possibilita desenvolver potencialidades, habilidades e permitir fazer escolhas enquanto afirmação das individualidades e necessidades, sendo essencial à saúde.

Contudo, o presente artigo aponta que o trabalho adquire determinadas formas históricas advindas do modo de produção, ou seja, de acordo com os instrumentos de produção, conforme as relações de produção e as próprias relações sociais que nele se estabelecem. Diante disso, optou-se por efetuar uma análise do trabalho assalariado no capitalismo. Nesse modo de produção emerge no trabalho a alienação/estranhamento do trabalhador em relação ao produto do trabalho, no tocante à própria atividade, em referência à perda da consciência de que pertence ao gênero humano e quanto ao desaparecimento da sociabilidade autenticamente humana nas relações sociais.

Portanto, o artigo evidencia o duplo e contraditório sentido do trabalho e, mais especificamente, situa-o no atual contexto sócio histórico de reestruturação produtiva inserida na lógica da acumulação de capital em meio à sua mundialização. Ademais, analisa a ofensiva do capital no processo produtivo no que diz respeito às alterações tecnológicas nas formas de gestão e organização do trabalho e às relações de terceirização, conferindo ênfase em seu processo de “captura” da subjetividade e na nova morfologia do trabalho.

A partir disso estabelece a relação do trabalho com o processo de saúde-doença, considerando que o trabalho assalariado, por sua natureza, transforma o trabalho vivo em força de trabalho (alienado/estranhado), impactando na saúde física e mental dos trabalhadores.

As potencialidades do trabalho

O trabalho, em suas determinações universais, independente da forma social na qual se encontra inserido, constitui uma atividade consciente que envolve homens em ação sobre o mundo natural a fim de satisfazer necessidades e, simultaneamente, com potencialidade de promover o desenvolvimento individual e social. Portanto, o trabalho é considerado uma mediação consciente do homem com a natureza para atender seus carecimentos e, por isso, constitui uma condição fundamental à reprodução social e ao processo de sociabilidade na medida em que requer relações entre os homens.

O trabalho enquanto intercâmbio do homem com a natureza, da qual o homem é parte, implica usar as faculdades físicas e mentais a fim de permitir que sua atividade seja orientada de acordo com um objetivo. Nesse sentido, o trabalho é um processo que envolve relações do homem com a natureza, com o produto de seu trabalho e entre os homens que necessitam estabelecer relações sociais para produzir a partir de atividades individuais, conferindo ao trabalho um caráter social.

Em suma, “antes de tudo o trabalho é um processo que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza” (MARX, 1980, p. 202). Sendo que, nesta ação, o homem “[...] põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana” (MARX, 1980, p. 202).

Ao empregar suas capacidades, o homem modifica a natureza externa a ele, mas, ao mesmo tempo, modifica a sua própria natureza, pois se encontra interligado à natureza enquanto uma força natural dotada de capacidade física e mental que atua de maneira orientada com um propósito. Nesse processo verifica-se, primeiramente, a ação consciente que se apropria dos elementos objetivos, no caso a matéria, e a transforma, o que é, por exemplo, fator de distinção entre o homem e os animais, ou, como afirma Marx (1980, p. 202), “[...] o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha”.

A ação consciente existente no trabalho é uma forma exclusivamente humana, pois implica imaginar, pensar, planejar e imprimir sentido à atividade. É essa consciência existente no trabalho humano que promove o rompimento do homem com a mera reprodução biológica e dá origem ao chamado ser social, ou seja, faz surgir um novo ser.

É o homem que trabalha enquanto ser social e, de forma consciente, transforma a matéria natural de maneira diferenciada daquela efetuada pelos animais e plantas e, nesse processo, desenvolve relações sociais. Nesse sentido, o trabalho humano é fundante da sociabilidade humana que se orienta pela consciência de acordo com os objetivos estabelecidos pelas necessidades, possibilidades e representações do mundo. Em suma, o trabalho é uma decisão consciente concreta que se materializa em objetos de acordo com as possibilidades, as relações sociais e o poder de transformar o real (LUCKÁS, 2010).

Simultaneamente, o trabalho liberta o homem ao possibilitar o desenvolvimento de potencialidades, de novas habilidades e ao lhe dar a chance de efetuar escolhas, enquanto afirmação das individualidades que paradoxalmente decorrem do desenvolvimento humano genérico. Portanto, em suas determinações universais, o trabalho é promotor da liberdade enquanto “[...] domínio de nós próprios e da natureza exterior, baseado na consciência das necessidades naturais [...]” (ENGELS, 1979, p. 96).

Diante disso pode-se afirmar que o trabalho, em suas características universais, é uma mediação entre o homem e a natureza através do qual se confere existência objetiva ao que previamente estava idealizado. É o elemento fundante da autocriação humana de ser social e da reprodução social que potencializa ao homem ser livre, se auto-realizar e desenvolver relações sociais. Assim sendo, se constitui em uma atividade que contribui decisivamente na vida dotada de sentido e saudável. Contudo, tal potencialidade do trabalho sofre determinações da formação social na qual se encontra.

A negação das potencialidades do trabalho

As determinações universais do trabalho sucumbem diante do emergir das sociedades de classe, adquirindo a forma de trabalho escravo, servil e assalariado, obedecendo as respectivas formações sociais e suas características históricas. Mais especificamente, no capitalismo, enquanto modo particular de produção, o trabalho adquire o sentido de produção de mercadorias sem qualquer interesse de utilidade imediata daqueles que produzem, na medida em que se destina ao mercado. Diante disso, a mercadoria independente de sua utilidade adquire a forma de valor de troca, na qual o valor é determinado pelo tempo médio socialmente necessário à sua produção em condições normais de destreza e intensidade (MARX, 1980).

Nele o trabalho fica subordinado à lógica do capital, adquirindo um duplo caráter, isto é, deixa de ser apenas um trabalho útil concreto expresso no valor de uso que, por sua vez, é transformado em trabalho abstrato a fim de estabelecer a equivalência entre os diferentes trabalhos e criar o valor de troca entre diferentes mercadorias. O fundamento do valor de troca advém daquilo que há de comum entre as diferentes mercadorias, ou seja, o trabalho humano direto ou indireto presente, por exemplo, na máquina e na matéria-prima. Assim, “o valor de uma mercadoria é o trabalho abstrato direto e indireto socialmente necessário à produção dessa mercadoria” (SALAMA, 1975, p.12).

Portanto, o valor da mercadoria é resultado do trabalho humano nele contido enquanto fruto de relações sociais, isto é, das relações dos homens na atividade econômica, a qual é essencialmente coletiva devido à necessidade de cooperação, mas que acontece sob o comando do capital. Pode-se dizer sinteticamente que o modo de produção capitalista se caracteriza como:

[...] produção de mercadorias orientada para o mercado; propriedade privada dos meios de produção; um grande segmento da produção que não pode existir, a não ser que venda sua força de trabalho no mercado; e comportamento individualista (HUNT, 2005, p.2).

Diante disso, o trabalho no modo de produção capitalista se torna uma atividade alienada ao impedir que o trabalhador se objetive nos produtos de seu trabalho como ser livre e criativo, pois ele produz o objeto que se transformou em algo independente do produtor, que não se sente realizado, pois o produto adquire a forma de mercadoria sob o domínio do capital.

Nesse sentido, quanto mais o trabalhador se gasta trabalhando, mais poderoso se torna o mundo objetivo alheio que ele cria frente a si e mais pobre se torna ele mesmo, o seu mundo interior; tanto menos coisas lhe pertencem como suas próprias (MARX, 1984). Isso acontece porque “o trabalhador coloca a sua vida no objeto; mas agora ela não pertence mais a ele, mas sim ao objeto” (MARX, 1984, p. 150). Dessa maneira, “com a valorização do mundo das coisas, aumenta a proporção direta da desvalorização do mundo dos homens” (MARX, 1984, p. 148).

Entretanto, essa alienação/estranhamento do trabalhador em relação aos produtos de seu trabalho é apenas um dos aspectos, pois também ocorrem na própria atividade, já que ela se submete às determinações do capital. Assim, o trabalhador “[...] não se sente bem, mas infeliz, [...] não desenvolve energia mental e física livre, mas mortifica sua *physis* e arruína sua mente” (MARX, 1984, p.153). Assim, aliena-se na atividade que se encontra sob o domínio do capital fazendo sucumbir a liberdade e a autorrealização e fazendo emergir o sofrimento. O trabalho enquanto atividade vital compulsória transforma-se em um mero meio para satisfazer necessidades de existência que se encontram fora do trabalho incidindo na saúde dos trabalhadores.

O trabalho sob essas condições aliena os homens de sua consciência de ser genérico, pois rompe com a unidade do individual (o momento da particularidade de seus interesses e crenças específicas) e da universalidade (o momento das relações sociais, da sociabilidade). Em suma, deixa de ocorrer a relação orgânica entre a individualidade e a universalidade do trabalho, ou seja: “[...] o que faço a partir de mim, faço a partir de mim para a sociedade, e com a consciência de mim como um ser social” (MARX, 1984, p. 107).

Essa ruptura é fomentada pelo trabalho enquanto um processo de produção de mercadorias, na qual não há a relação pessoal direta entre o produtor e o consumidor, uma vez que a relação de troca é mediada pelo mercado. Assim, o trabalho humano concreto, como algo que se destina a satisfazer necessidades humanas, adquire a forma de trabalho humano abstrato, que cria o valor das mercadorias e realiza a efetivação da mais-valia.

A historicidade do trabalho

A lógica econômica de busca de acumulação de capital conforma a necessidade de revolucionar constantemente os meios de produção e, conseqüentemente, as relações de produção e, com elas, todas as relações sociais (MARX e ENGELS, 1978). Dessa forma, os autores apontam que o capitalismo fez com que tudo o que era sólido se desmanchasse no ar, pois seria necessário elevar a produtividade para potencializar a vantagem competitiva e, portanto, ampliar a taxa de mais-valia, viabilizando o acúmulo de

capital. Assim, torna-se indispensável, com isso, promover transformações que permitam melhoria em relação à destreza média dos trabalhadores, ao grau de desenvolvimento das ciências e sua aplicação tecnológica e à organização e gestão do processo de produção.

Essas transformações do processo de trabalho são efetuadas na lógica da exploração daqueles que trabalham e no meio para aumentá-la pelos proprietários do capital ou seus prepostos, incidindo na saúde dos trabalhadores. Isto ocorre através do uso de vários recursos, entre eles: a extensão da duração da jornada de trabalho; a intensificação do ritmo do trabalho via processos de gestão e organização; a introdução de novas tecnologias revolucionando os meios de trabalho.

A busca permanente por aumento da produtividade tornou-se uma condição com maior relevo a partir da crise do início dos anos 1970, quando houve o esgotamento de um ciclo de crescimento da economia, evidenciado pela redução das taxas médias de lucro. Essa crise de acumulação se manifestou através do colapso do sistema financeiro internacional de Bretton Woods, da decretação unilateral da desvinculação do dólar em relação ao ouro efetuada pelo Presidente Richard Nixon, da deflação em razão do *boom* de produtos de 1972-73 e do aumento significativo do preço do barril de petróleo em 1973.

A crise significou o fim do período denominado de “anos dourados”, quando ainda predominava a dominação do capital produtivo. Nessa época o crescimento econômico acontecia através do uso intensivo de força de trabalho e da tecnologia da Segunda Onda de Transformação Produtiva com uma organização do trabalho de cunho taylorista/fordista. Nesses trinta anos, o Estado Keynesiano dos países desenvolvidos assumiu um papel central através de sua política macroeconômica e do estabelecimento do controle social via regulação das relações, das condições de trabalho e da criação de uma rede de seguridade social na qual se ampliam os direitos sociais, como, por exemplo, a proteção à saúde dos trabalhadores. O rompimento deste “pacto Keynesiano” entre as forças sociais dá-se, em boa medida, com o decréscimo da taxa de lucro, o aumento do preço da força de trabalho, as lutas pelo controle social da produção, o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista, o crescimento da esfera financeira e sua autonomia em relação ao capital produtivo, a ampliação da concentração de capitais a partir das fusões e a necessidade de retração dos gastos públicos diante da crise fiscal do Estado do Bem-Estar Social (ANTUNES, 1999).

Diante disso, a crise econômica fomentou os proprietários do capital e seus intelectuais orgânicos efetuarem o questionamento do papel do Estado e a defesa da abertura da economia e impulsionar a reestruturação produtiva. Portanto, ressurgiu revigorado o debate teórico entre adeptos da política econômica de inspiração keynesiana e de orientação neoliberal. O resultado desse debate resultou vantajoso para os neoliberais, cuja contraprova histórica é o impulso adquirido pela economia de mercado viabilizada pela mundialização do capital. Com ela, o capital passou a ter maior autonomia para deslocamento diante da liberalização e da desregulamentação da economia, limitando o poder do Estado-nação (CHESNAIS, 1996).

Essas mudanças asseguraram principalmente os interesses da fração do capital denominada de financeira, isto é, dos fundos mútuos de investimento e de pensões, dos grupos de seguros e dos bancos multinacionais, nos quais o capital-dinheiro é valorizado pelos ganhos obtidos, por exemplo, com os juros. Assim, prevaleceu a lógica econômica da especulação que se organiza, cada vez mais, em torno dos mercados de câmbio e das taxas de juros.

A crescente dominação do capital financeiro na economia manifesta-se, inclusive, na interpenetração entre finanças e indústria, cujos interesses identificam-se cada vez mais com os de uma instituição financeira na medida em que a valorização do capital produtivo deixa de ser maximizada principalmente pela produtividade do trabalho na busca de lucros e passa a ser na esfera financeira através dos ganhos via juros (CHESNAIS, 1996).

Como impacto, teve-se o crescimento do desemprego diante do processo de redução do papel do capital produtivo, da substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto com as novas tecnologias, além da

crescente concentração e centralização do capital. Nesse contexto, ocorre uma crescente desregulamentação das relações do trabalho, o controle do trabalho passa a ser mais objetivo e intensifica-se o ritmo de produção em razão das novas tecnologias e das novas formas organizativas e de gestão do trabalho, o que gera impactos físicos e mentais na saúde dos trabalhadores. Em suma, diz-se que houve uma reestruturação produtiva, como um conjunto de transformações que articulam e promovem inovações tecnológicas e modificações na gestão e na organização do trabalho e promovem, também, a descentralização da produção, um componente fundamental do processo de recuperação da reprodução ampliada do capital produtivo.

Nesse período o capital produtivo – em grande medida fundido ao capital financeiro, na busca da retomada das taxas de lucro – introduziu transformações no plano da organização sociotécnica da produção, investiu na racionalização de custos de força de trabalho, matérias-primas e energia, elevou o uso de capital fixo e intensificou os processos de trabalho para elevar a taxa de mais-valia. Além disso, promoveu mudanças organizacionais através da implementação de métodos denominados “participativos” com a finalidade de assegurar o “envolvimento” dos trabalhadores na lógica do capital para aumentar a produtividade, bem como ampliou o uso de novas tecnologias, informatizando-se a produção, o que faz crescer o processo de difusão da microeletrônica com o uso de robôs e sistemas CAD/CAM para elaboração de projetos, gerando “enxugamentos da força de trabalho” e elevando a superexploração (ANTUNES, 2006).

Os impactos disso em relação ao modo de ser do trabalho assalariado são, por exemplo: as novas modalidades de contratação salarial (contrato por tempo determinado e tempo parcial, assim como terceirizações); as formas flexíveis de remuneração (Programa de Participação nos Resultados/lucros); a flexibilização da jornada de trabalho (banco de horas); a desmedida da jornada de trabalho (atividades realizadas após a jornada de trabalho); as transformações no conteúdo do trabalho (nova qualificação decorrente da intelectualização do trabalho via avanços tecnológicos); mudança geracional da classe trabalhadora.

Essa morfologia do trabalho incide no processo de saúde-doença e promove o emprego de uma força de trabalho mais jovem e com habilidades e competências técnico-comportamentais adequadas às novas tecnologias controlativas e informacionais; e promove as mutações organizacionais e de gestão com intuito de adaptar os trabalhadores às novas rotinas de trabalho através da difusão de valores, expectativas e sonhos na busca de seu envolvimento com a lógica do capital (empresa), aumentando a intensidade do trabalho. Portanto, diante da flexibilização dos contratos de trabalho, da remuneração, da jornada de trabalho e do processo produtivo com uso de novas tecnologias, torna-se imperativo privilegiar habilidades cognitivo-comportamentais e necessário estimular os treinamentos a fim de mobilizar valores, expectativas e sonhos, aspectos que contribuem para o crescente processo de adoecimento mental dos trabalhadores.

O capital intensifica sua ofensiva ideológica, no processo produtivo, na busca de envolvimento cognitivo-comportamental dos trabalhadores, impactando na identidade de classe e em sua ação política consciente. São exemplos desse processo as alterações de designações, tais como: o patrão passou a ser chamado de empreendedor, o chefe foi intitulado líder e o trabalhador passou a ser denominado colaborador. Nesse sentido, é oportuno ressaltar que as alterações na forma de se comunicar com os trabalhadores e a adoção de uma linguagem diferenciada têm por finalidade mediar novas relações sociais, ou seja, se constituem em uma prática social que viabiliza a sociabilidade humana dotada de efeitos de sentidos.

As palavras possuem significados que expressam ideias, conceitos que geram, estimulam, mantêm ou interrompem relações sociais e comportamentos, podendo ocultar relações de poder. Assim, a linguagem, via novas designações no mundo do trabalho, é usada para difundir e potencializar a conformação de comportamentos, estimular determinadas expectativas e configurar novos coletivos que, em geral, são fragmentados expressando uma espécie de relação entre Narcisos.

Ainda no processo de trabalho, tem-se a formação das equipes de trabalho colaborativo-competitivas, no bojo das quais se obscurece a percepção e reconhecimento dos trabalhadores como membros de uma classe. Portanto, as modificações nas designações no mundo do trabalho têm um sentido ideológico e político vinculado ao estímulo ao individualismo e à concorrência, impactando na *praxis* dos trabalhadores. Na medida em que a relação do Eu-Outro, intrinsecamente social, efetua o desmonte do *ethos* da solidariedade de classe através do *ethos* do individualismo, há uma fratura no engajamento das pessoas a um projeto coletivo ou na capacidade de desenvolver a solidariedade.

Diz-se, portanto, que

... o incremento da captura da 'subjetividade' do homem que trabalha pelo capital, o traço marcante de produção de mercadorias sob o capitalismo global, dilacera não apenas o corpo – cabeça, tronco e membros – mas traz a marca da captura de sua mente (ALVES, p.130, 2013).

A “captura” da subjetividade efetuada pela gestão e organização do trabalho toyotista integra a ofensiva para tornar a produção vinculada à demanda, a fim de atender ao mercado consumidor mais individualizado; o trabalho concebido em equipe e com atuação multifuncional dos trabalhadores; a operação pelo trabalhador, simultaneamente, de várias máquinas; a adoção do princípio de just-in-time, visando ao melhor aproveitamento do tempo de produção; a estrutura organizacional com relativa horizontalização, priorizando somente a produção, o que é central; o estímulo à organização dos Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), para discutir o trabalho e o desempenho, com a finalidade de melhorar a produtividade (ANTUNES, 1999).

Ao assim proceder, o toyotismo contribui para a precarização do trabalho e o aprofundamento do sentido alienado/estranhado do trabalho, uma vez que impede os trabalhadores de efetuar a reflexão sobre seu cotidiano com as devidas conexões com o processo histórico. Contribui para isso o ritmo intenso do trabalho, a pressão pelo cumprimento da(s) meta(s) de curto prazo, a flexibilização dos contratos de trabalho e da remuneração e a amálgama entre o tempo de trabalho e o tempo livre. Em consequência, há um processo de adoecimentos dos trabalhadores.

Mais especificamente em relação ao tempo de trabalho, isto é, aquele que é indisponível para o trabalhador devido a venda de sua força de trabalho, é completamente dominado pelas atividades que exigem multifuncionalidade e polivalência. O trabalho consome boa parte do tempo diário e mesmo parte do tempo livre, ou seja, o tempo em que o trabalhador tem a possibilidade de fazer as escolhas do que realizar. O fato de não estar em meio à jornada de trabalho deixou de ser sinônimo de tempo livre, pois o trabalho prossegue em outros espaços, o que modifica é apenas a natureza do seu conteúdo.

O outrora tempo livre dos trabalhadores é apossado pelas preocupações do capital, tais como: levar atividades para fazer em casa; participar de atividades de formação e qualificação profissional; refletir e debater sobre questões relacionadas ao trabalho na busca de contribuir com sugestões e ações que asseguram a realização do capital; descansar para recuperar a força de trabalho ou consumir a fim de promover a realização do capital; qualificar-se para o trabalho, entre outras atividades.

Ao mesmo tempo, parte do tempo livre é usada para o consumo de mercadorias fetichizadas, isto é, mercadorias espetaculares enquanto consumo de imagens. O fetiche da mercadoria consumida confere uma noção mítica de prestígio e possibilita a inserção nos espaços sociais cada vez mais privados. Assim, as relações sociais entre as pessoas são mediadas por imagens, ou seja, pelo fetiche da mercadoria (DEBOURD, 1997).

Nesse sentido, a obra *Consumido* afirma que atualmente “nos revelamos para um narcisismo do consumo”, na qual ocorre “a estupidez dos bens e dos compradores” (BARBER, 2009, p.13-15). Vive-se um tempo em que se estimula o consumismo, ação guiada pela impulsividade, pelo egoísmo, pelo imediatismo e pela superficialidade.

Essa realidade incide na potencialidade dos trabalhadores de desenvolver a crítica de sua própria realidade cotidiana e compromete o seu pleno desenvolvimento humano. Ao tornar-se refém do desejo provocado pelos objetos e imagens estimuladas, por exemplo, através de um do aparato midiático, acentua-se a percepção do trabalho como meio de satisfazer necessidades fora dele, em uma perspectiva consumista. Disso advém como imperativo aos trabalhadores submeter-se à base técnica e à forma de gestão e organização do trabalho para buscar se manter no emprego e ter renda.

Há casos em que o emprego se encontra ameaçado pela incerteza, pela concorrência e por uma economia que enfatiza o desempenho imediato e de curto prazo, no qual é necessário “manter-se aberto às mudanças e correr riscos”, pois não há “longo prazo”. Diante disso o “fantasma da inutilidade” se manifesta via oferta global de mão-de-obra, de automação e do preconceito com o envelhecimento enquanto parte da “cultura do novo capitalismo”. Nesse contexto, a falta de “longo prazo” corrói “[...] a confiança, a lealdade e o compromisso mútuo” (SENNETT, p.24, 2005).

Promove-se a fragilização da solidariedade de modo que “as populações que trabalham parecem, certamente, mais vulneráveis hoje que no passado aos efeitos deletérios de certos tipos de constrangimentos do trabalho” (DEJOURS, p.16, 2004). A fragilização da solidariedade de classe acentua a insegurança, o medo e o sofrimento. Isto é facilitado pela adoção da “empresa enxuta”, isto é, a descentralização produtiva. Através dela promove-se a terceirização das etapas acessórias ou não da produção e serviços, o que, de certa maneira, implica em terceirização dos riscos, inclusive aos relacionados à saúde dos trabalhadores.

Ainda nesse sentido, deve-se salientar que nas relações de terceirização a rentabilidade dá-se nas relações com outro capital, do qual ele se apropria de parte da mais-valia produzida. Certamente contribui para isso a adoção de políticas de recorte neoliberal, com a abertura da economia de países e a precarização das relações de trabalho, na medida em que isso permite a expansão de relações de terceirização entre empresas situadas em diferentes localidades do mundo, especialmente onde o custo de produção é reduzido. Essa realidade é utilizada para justificar e pressionar a precarização das relações salariais, dos direitos trabalhistas e dos contratos de trabalho nos países em que os trabalhadores conquistaram direitos.

Em suma, utiliza-se de todos os meios para implementar uma forma de gestão e organização do trabalho que resulta cada vez mais como uma forma de precarização do e no trabalho. A novidade consiste na importância conferida à subjetividade dos trabalhadores, cuja conquista é perseguida pelo capital, a quem interessa a aceitação do *ethos* individualista e a incorporação das expectativas e sonhos de mercado. Essa ofensiva na busca da “captura” da subjetividade enquanto elemento central da reestruturação produtiva a fim de buscar a retomada da taxa de lucro, diante da crise de acumulação, conforme anteriormente abordado, envolve os conjuntos dos trabalhadores.

Conforme Alves (2013, p.136), “toda geração de jovens operários e empregados que se inserem na vida adulta e no mercado de trabalho na década de 1990 tende a incorporar expectativas, sonhos e utopias de mercado”. Assim, emerge um novo tipo de trabalhador e um novo tipo de homem, mais envolvido com a lógica do capital, disponibilizando suas energias físicas e saberes diante da dinâmica de obtenção de resultados de curto prazo em razão das incertezas advindas do mercado mundializado e, também, pela competição em todas as dimensões. Essa competição é estimulada mesmo entre os trabalhadores, o que dificultada a delimitação entre concorrente e colega e incide na identidade de classe.

Essa forma de gestão e organização do trabalho em meio à crescente fragmentação sócio-histórica da classe trabalhadora no que se refere às condições e às situações do trabalho, dificulta à classe trabalhadora reconhecer-se enquanto “classe em si”. Isto incide nos trabalhadores não se reconhecerem enquanto classe e, portanto, em sua trajetória de “classe para si”, em sua subjetividade, consciência, organização e ação coletiva para além da ordem do capital, cujo trabalho alienado incide em sua saúde.

Trabalho e saúde

Na medida em que se considera indissociável a relação entre vida e trabalho, fica evidente a relação entre trabalho e saúde, ou seja, o trabalho tem a potencialidade de ser fonte de saúde bem como de adoecimento. Portanto, a saúde do trabalhador depende, sobretudo, dos processos de trabalho, assim é oportuno verificar como a reestruturação produtiva tem incidido no processo saúde-doença. Afinal, os trabalhadores possuem um viver, adoecer e morrer específico, enquanto resultado de sua inserção em um processo de trabalho particular, ao mesmo tempo em que compartilham com o conjunto das pessoas determinadas condições socioeconômicas e o respectivo modo e hábitos de vida (DIAS, 1996). No entanto, esse compartilhar na sociedade capitalista é desigual em virtude das condições econômicas relacionadas à venda de sua capacidade/força de trabalho que viabilizam o acesso aos bens espirituais e materiais, bem como ao sistema de proteção social.

Em relação à inserção dos trabalhadores nos processos de trabalho, cabe destacar que ela ocorre em locais em que os fatores de agravamento à sua saúde em geral são naturalizados. Ao assim proceder ocorre uma ocultação do fato de que a organização e gestão do trabalho e que os meios usados e objetos de trabalho são resultados de escolhas em relação às formas pelas quais são produzidas as condições de existência humana, sendo que estas escolhas refletem relações sociais de poder, sobretudo baseadas na estrutura econômica da sociedade capitalista. Em síntese, a saúde do trabalhador é profundamente impactada pelas condições de trabalho organizacional e “ambiental”, que são resultado de um processo social (LAURELL e NORIEGA, 1989).

Nessa perspectiva, a abordagem que se efetua é relacionada ao processo saúde-doença do trabalhador e um campo de permanente contradição entre capital e trabalho. Quanto ao processo de saúde-doença da parcela da população que vende sua capacidade de trabalho para produção de mercadorias e serviços, é determinado por diversas causas.

Em resumo, o processo de saúde-doença do trabalhador deve ser compreendido a partir da dinâmica entre elementos biológicos, processo produtivo, condição socioeconômica e respectivo modo e hábitos de vida. Conforme Mendes (2003, p.70), “a dinâmica da produção, as condições de trabalho e o modo de vida continuam sendo fontes importantes para que se compreenda o processo de saúde, adoecimento e morte da população brasileira”.

Portanto, faz-se necessário estabelecer as múltiplas conexões entre a existência cotidiana do trabalho e o momento geral no âmbito de um processo histórico a fim de compreender a situação e os interesses delas decorrentes. Somente assim, por exemplo, é possível superar a concepção que estabelece as causas dos acidentes e doenças relacionadas ao trabalho como resultantes essencialmente de características individuais.

Aqui se reafirma a necessidade de superar a concepção que imputa aos trabalhadores a culpa pelo adoecimento ou acidente de trabalho. Essa visão

[...] vai desde teorias da culpa, em que enfatizada a imperícia do trabalhador; à acidentabilidade, que supõe a existência de trabalhadores acidentáveis; à predisposição aos acidentes, em função de características individuais, e à dicotomia entre os fatores humanos e o ambiente do trabalho (MACHADO & MINAYO-GOMES, 1995, p. 118).

Nesse sentido, a caracterização do adoecimento relacionado ao trabalho como consequência de características do trabalhador desencadeia a compreensão de que o mesmo decorre de causa endógena e individualizada. Assim, rompe-se a relação que o processo de saúde-doença decorre das condições sociais de vida e do processo de trabalho, que é composto pelo trabalho que produz desgaste físico, psíquico e

social, pela matéria-prima muitas vezes insalubre, penosa, pesada, tóxica, e pelos instrumentos de trabalho, o desgaste físico e mental e os riscos ao operacionalizá-los, entre outras tantas (WÜNSCH, 2005).

A referida concepção que foca nos fatores endógenos é fundada no chamado risco inerente, que efetua a naturalização do acidente-doença advindo do trabalho. Ao assim proceder, contribui-se em dizer que formas de violência de dominação no trabalho baseiam-se na normalidade dos riscos ocupacionais, dos acidentes e mortes, terceirização de riscos, e legitimam o processo de precarização e intensificação do trabalho (THÉBAUD-MONY, 2008).

Portanto, a saúde dos trabalhadores tem relação especial com o processo de trabalho no qual eles se encontram inseridos. Em sua atividade sob gestão do capital, os trabalhadores colocam em ação suas capacidades físicas e/ou intelectuais sobre um objeto que é transformado a partir do uso de um instrumental pertencente ao capital. Dessa maneira, as condições, a gestão, a organização, os instrumentos e matérias-primas são determinados pelos proprietários do capital ou seus prepostos. Assim, deve-se ter presente que a gestão e a organização do trabalho são efetuadas sob o domínio da lógica de acumulação, à qual a saúde do trabalhador fica subordinada. É nessa relação que se encerra a raiz do processo saúde-doença.

A relação de compra e venda da capacidade de trabalho determinada pela propriedade privada dos meios de produção, impõe ao trabalhador a subordinação ao trabalho em geral realizado em ambientes insalubres e com excesso de carga em razão das condições, métodos e ritmo de tarefas. Muitos trabalhadores são submetidos à exposição ou manuseio de agentes nocivos à saúde, mesmo que haja limites legalmente estabelecidos. Portanto, verifica-se que o trabalho estranhado e alienante promove a transformação das pessoas em força de trabalho a fim de produzir mercadorias e serviços na perspectiva de fomentar o processo de acumulação capitalista e promover o acidente.

No caso do processo de trabalho, conforme apontado por Ramazzini (1988, p.17) em sua obra *De Morbis Artificum Diatriba* (As doenças dos Trabalhadores), do ano de 1700, quando “o médico vai atender a um paciente proletário [...] deve perguntar a que arte exerce?”. Portanto, ele efetuou a associação entre saúde, doença e trabalho, na qual estabeleceu a conexão entre as causas dos danos sobre o corpo a partir dos efeitos do processo, organização e ambiente de trabalho. É evidente que persistem trabalhos com riscos tradicionalmente conhecidos, como trabalho insalubre, pesado, ruidoso e tóxico, além da emergência de novos fatores de risco relacionados ao trabalho e sua forma intensiva e sob forte controle de tempo.

A ênfase conferida aos fatores de risco destaca a identificação de agentes capazes de interferir na saúde dos trabalhadores, contudo ao limitar-se a isso, através da abordagem probabilística, promove-se a “cultura dos limites” que, por exemplo, estabelece a distinção entre ambientes e situações salubres ou insalubres a fim de estabelecer normas jurídicas de uso de equipamentos de proteção medicamente aceitáveis e valores indenizáveis. De acordo com Mendes (2003, p.82), “os riscos, os atos inseguros, o risco aceitável, os limites suportáveis pelo trabalhador em geral, são caracterizados dentro da empresa”, portanto, seu limite decorre da dicotomia entre fatores humanos e as condições e organização do trabalho.

É importante ressaltar que a busca pelo direito à saúde é fundamental para estabelecerem-se determinados parâmetros legais para as atividades, especialmente frente à lógica de acumulação do capital. Mas, paradoxalmente, a legislação colabora para que na sociedade, de maneira geral, se admita a possibilidade ou probabilidade de algum tipo de perda ou de dano que venha a acontecer no trabalho, desta maneira negando-a enquanto um fenômeno socialmente produzido em razão de uma lógica econômica.

Nesse caso é oportuno destacar o que afirma Fadel de Vasconcellos (2011, p.77): “adoecer e morrer no trabalho são condições injustas que a humanidade assumiu como natural e foi incapaz, até hoje, de impedi-las”. Logo, entende-se que a construção social do binômio saúde-doença efetua uma legitimação do “risco aceitável” e o dissocia das condicionantes do trabalho alienado/estranhado, que se encontram

umbilicalmente ligadas ao processo de trabalho dominado pela lógica da acumulação que se intensifica no atual estágio de transformações do mundo do trabalho.

Considerações finais

Como o trabalho se subordina ao capital, em sua lógica de acumulação o trabalhador é transformado em mera força de trabalho. O trabalho tornado força de trabalho é mera instrumentalização da capacidade consciente de transformar os objetos em conformidade com a finalidade econômica e os limites do objeto sobre o qual se trabalha. Nesse caso, o trabalho deixa de ser fonte e expressão da liberdade para se tornar uma espécie de grilhão dos trabalhadores.

Portanto, o trabalho assalariado impede o ser humano de ser livre enquanto afirmação da individualidade e de fazer escolhas como prevêem as determinações universais do trabalho. Na condição de força de trabalho, ele não permite a autorrealização, bem como incide na sociabilidade humana na medida em que é uma mercadoria a ser vendida em um concorrido mercado. A venda da mercadoria da força de trabalho é condição fundamental para a reprodução social dos trabalhadores e é através da venda dessa mercadoria que se obtêm os recursos para satisfazer necessidades. Como as necessidades são historicamente fomentadas, no tempo presente ela transmuta-se em consumismo. Para isso ocorrer, as mercadorias adquirem contornos de objetos de desejo, prazer, prestígio e inserção social e, desta forma, impõem aos trabalhadores a necessidade de submeterem-se as determinações do capital no trabalho.

Assim, as determinações universais do trabalho enquanto uma mediação consciente entre o homem e a natureza que permite a autocriação humana, a reprodução social, a liberdade, a autorrealização e o desenvolvimento das relações sociais deixam de se realizar com o trabalho estranhado alienante.

Sob a direção da gestão toyotista de trabalho, o capital busca a “captura” da subjetividade dos trabalhadores a fim de aumentar a produtividade e intensificar o ritmo do trabalho, promovendo a desmedida da jornada do trabalho, obtendo plenamente as capacidades físicas e mentais dos trabalhadores. Isso contribui para acentuar o caráter estranhado/alienado do trabalho ao deixar de ser controlado pelo produtor, impedindo o trabalhador de desenvolvimento da potencialidade humana de forma livre, de disponibilizar do produto de seu trabalho, de ter autonomia em sua atividade, de se reconhecer enquanto ser humano e de estabelecer as relações sociais que permitam o desenvolvimento humano.

O toyotismo, como parte da reestruturação produtiva, constitui uma ofensiva do capital a fim de superar a crise e recompor sua taxa de lucro no processo produtivo. Para isso o capital promove a flexibilização dos contratos e relações de trabalho, o crescimento do trabalho precarizado, a diminuição do valor da força de trabalho, o uso de um novo arcabouço técnico-organizacional através de novas tecnologias, o emprego de novos métodos de gestão em meio à mundialização do capital e às reformas liberalizantes e a respectiva redefinição do papel do Estado.

É nesse contexto que os trabalhadores perdem o controle sobre o seu trabalho e, portanto, sobre seu corpo e sua mente, quando o tempo de trabalho amálgama o tempo livre: predomina o *ethos* individualista e a incorporação das expectativas e sonhos de mercado. Precarizam-se as condições de vida, com sérias implicações nos modos de viver, de adoecer, de se relacionar socialmente e de morrer. Neste contexto, o conjunto de trabalhadores, independentemente de sua forma de inserção na sociedade capitalista, está exposto aos graves impactos sociais, econômicos e políticos que, conseqüentemente, incidem no processo de saúde-doença, cuja relação com o trabalho vem sendo cada vez mais ocultada socialmente.

Referências

- ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do Trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. 1ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. **Dimensões da precarização do trabalho**: ensaios de Sociologia do trabalho. Bauru: Canal 6, 2013 (projeto editorial Praxis).
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho, ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- _____. (org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- BARBER, Benjamin R. **Consumido**: como o mercado corrompe crianças, infantiliza adultos e engole cidadãos. Rio de Janeiro/São Paulo: Record. 2009.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Congresso Nacional. Brasília. 1988.
- CHESSAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- DEBORD, GUY. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto. 1997.
- DEJOURS, Christophe. **Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho**. Rio de Janeiro: Fiocruz, Brasília: Paralelo15, 2004.
- DIAS, E. C. Saúde do trabalhador. In. TODESCHINI, R. (org) **Saúde, meio ambiente e condições de trabalho**: conteúdos básicos para uma ação sindical. São Paulo: FUNDACENTRO/CUT, 1996.
- ENGELS, Friedrich. **Anti-Düring**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra. 1979.
- HUNT, E.K. **História do pensamento econômico**: uma perspectiva crítica, 2 Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- LUKÁCS, György. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. São Paulo: Boitempo. 2010.
- MACHADO, J. M. H. MINAYO, C. Gomes. Acidentes de trabalho: concepções e dados. In. MINAYO, M. C. S. (org) **Os muitos brasis**: saúde e população na década de 80. São Paulo. Hucitec, Rio de Janeiro: ABRASCO. 1995.
- MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da economia Política. Rio de Janeiro: Civilização brasileira S.A. 1980.
- _____. Manuscritos econômico-filosóficos de 1844. In. FERNANDES, Florestan (org). **Marx e Engels História**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1984.
- MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar ed. 1978.
- MENDES, Jussara Maria Rosa. **O verso e o averso de uma história**: o acidente e a morte no trabalho. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.
- RAMAZZINI, Bernardino. **As doenças dos trabalhadores**. São Paulo: Fundacentro, 1988.
- SALAMA, Pierre. VALLIER, Jacques. **Uma introdução à economia política**. Rio de Janeiro: Civilizações Brasileira, 1975.
- SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- TEÉBAUD-MONY, Annie. **Travailler oeut nuire gravement à votre Santé**. Paris: La Découvert/Poche. 2008.
- VASCONCELLOS, Luiz Carlos Fadel de. OLIVEIRA, Maria Helena Barros de (orgs.). **Saúde, Trabalho e Direito**: uma trajetória crítica e a crítica de uma trajetória. Rio de Janeiro: Educam, 2011.
- WÜNSCH, Dolores Sanches. **A construção da desproteção social no contexto-histórico contemporâneo do trabalhador exposto ao amianto**. Porto Alegre: PUCRS, 2005. Tese (Doutorado).